

NOMES DEMAIS

NORA STREJILEVICH*

Tradução de
Luciano Dutra de Oliveira**

A rota de emigração da minha família para a Argentina pode ser resumida em poucas palavras, das quais lembro-me vagamente: “*Sua avó trouxe Tia Betty e eu de Varsóvia quando éramos crianças; seu avô veio mais cedo e assim que ele conseguiu abrir sua fábrica de chapéus, arranjou tudo para nós*”. Esta breve história e uma foto em sépia de um homem jovem e bonito olhando para mim com olhos sonhadores emoldurado por seu chapéu cogumelo – meu avô – é tudo que eu pude resgatar do naufrágio de minhas memórias maternas.

As memórias de meu pai não eram muito mais extensas que isso. Sua família tinha vindo da Bessarábia para a Argentina: pais, tios, primos que eu nunca conheci. O final “*Arábia*” soava tão exótico para mim que eu nem sequer procurava no mapa. Preferia o mistério.

Meu avô Isidoro se estabeleceu na comunidade agrária de Entre Ríos no início do século, mas ficou cansado daquela vida camponesa sem qualquer tipo de máquina e com muitas pragas; logo que foi capaz, mudou-se de Gauleguaychú à capital Buenos Aires. Lançou vários empreendimentos

comerciais que o levou ao extremo norte e extremo sul do país, de acordo com sua sorte. Em um destes picos temporários de prosperidade, o meu pai e seus três irmãos foram estudar em uma escola alemã em Buenos Aires, onde receberam uma sólida educação liberal. Infelizmente, após a guerra, o idioma alemão não era muito útil para eles, uma vez que desejavam nunca mais pronunciar uma palavra na língua de Goethe.

Quando minha avó Kaila morreu, minha tia Felisa pendurou uma foto do meu bisavós maternos na parede. Quando descobri a antiga fotografia – relegada a um canto de seu armário como um objeto sem sentido – eu implorei a ela para dar aos nossos antepassados alguma dignidade e colocá-los apropriadamente em uma sala. Quando finalmente vi a fotografia colocada num lugar apropriado, fiquei impressionada com o rosto daquela mulher desconhecida. Ela me olhava com a expressão e os olhos de minha mãe. (É a marca da minha herança diaspórica: uma série de imagens íntimas e anônimas que me fitavam mesmo em meus sonhos, sem pronunciar uma palavra. Imagens que acendem um enorme desejo de trazê-las de volta a vida, pois desejava decifrar aquele olhar sépia). Mesmo se ela fosse a avó de minha mãe, eu preferia acreditar que ela era Fanny, minha xará de nome do meio desaparecida.

Betty, uma outra tia, disse-me entre tragos de mate, que ela e minha mãe nasceram em uma cidade chamada Wyszogród. Eu mesmo tive em minhas mãos algumas certidões de nascimento escritas em letras tão jurídicas quanto indecifráveis (leveei 40 anos para visitar Vishogrod - como se diz em espanhol - em uma margem do rio Vístula, mas isso é outra história).

Nos anos vinte havia na Argentina uma organização judaica de escravidão branca que tratava particularmente com mulheres da Polônia que eram vendidas quando chegavam em nossos portos para alimentar uma rede de prostituição, a Svi Migdal. Às vezes, cansada do vácuo histórico que os adultos haviam me condenado, eu desafiava mamãe dizendo que certamente ela havia sido trazida pela Svi Migdal, e por isso ela não queria me contar sobre suas origens. Essa grosseira piada era recebida somente com raiva ou indiferença. De qualquer maneira, ela cessou a conversa, que era exatamente o oposto da minha intenção.

Eu sei muito menos sobre a família de meu pai. Eu encontrei o sobrenome da minha avó Shlesinger nas paredes da sinagoga de Praga, listados juntamente com aqueles levados para campos de concentração. Mas talvez esses não eram meus parentes que, de acordo com meu pai, vieram da Romênia. Por precaução, eu anotei os nomes das pessoas nascidas por volta de 1913, como papai.

Tomei consciência de nossos destinos divergentes: de um lado, os judeus da América do Sul, muitas vezes silenciosos e amedrontados por aludir à catástrofe, pelo menos na frente dos jovens, e por outro aquelas vítimas que morreram sem suspeitar que seu clã, do outro lado do oceano, não iria manter suas memórias vivas. Alguns judeus imigrantes não quiseram sobrecarregar as novas gerações com tal passado e, paradoxalmente, mais tarde, a história que queriam evitar veio bater às suas portas, como que lembrando-lhes que o passado nunca pode ser deixado para trás: ele tem que ser lembrado, assimilado e ao menos compreendido se não for para ser repetido.

A fórmula do esquecimento, no entanto, foi o que muitos usaram para lidar com sua condição de párias. Não se devia olhar para trás, mas para a frente, para o futuro, e nascer de novo em um novo idioma, em um novo continente, em uma nova história. Quando o terror dos anos setenta reencarnou nessas terras distantes e veio bater em suas portas, essas pessoas de raízes cortadas não iriam encontrar em seus dicionários qualquer maneira de entender como a história havia cruzado o oceano para condená-los novamente.

Conheci uma mulher chamada Sara Rus que sobreviveu a Auschwitz com o seu marido. Eles buscaram refúgio na Argentina a fim de começar uma nova vida protegidos dos ventos do horror. Vinte anos depois, seu filho foi seqüestrado pelos militares e hoje é um dos trinta mil desaparecidos. São espelhos côncavos, sempre prontos para nos dar a imagem deformada do que acreditávamos que a humanidade devia ser, era ou como poderia mudar.

Alguns de nós, crentes nas aulas de história, éramos encarregados de manter os restos do naufrágio: descobri-los, cuidarmos, escrevermos sobre eles. O mito diz que todos os argentinos chegaram por navio. Meu legado de um desses navios é uma caixa de madeira cheia de fotografias opacas, entre as quais o de uma mulher que se assemelha a meu futuro. Eu guardei esta sensação

estranha de estar ligada em irmandade a uma transeunte distante por quem eu desenvolvi um carinho e de quem eu acabei lembrando.

Na Universidade Hebraica de Jerusalém, um pesquisador de história oral falou comigo de uma Strejilevich que ele tinha entrevistado em Minsk. Então eu adicionei Minsk à minha lista de horizontes possíveis. Em algum lugar na Bessarábia... Minsk? Praga? Talvez.

Algum dia eu vou seguir a rota deste mapa imaginário, atraído pelo ímã de relações indecifráveis. Ninguém nunca entendeu esse meu desejo de reconstruir o nosso passado, nem porque eu estava tão relutante em aceitar a nossa podada árvore genealógica. Nem eu tenho muita certeza se me entendo. Talvez a minha reação de não ter um nome do meio seja relacionado a esta ideia fixa. Um nome do meio, segundo a tradição judaica, deve ser aquele de uma avó já falecida. Mas me foi dado apenas um nome, e não por qualquer falta de pessoas mortas na família, mas porque, de acordo com minha mãe, é suficiente ter apenas um nome e este ser de uma pessoa *viva*. Eles me pouparam do nome Fanny que, se colocado entre Nora e Strejilevich, não soaria tão melódico. Meu irmão foi poupado de Isidoro. Fomos poupados de muitos nomes, o que não é lamentável, na minha opinião. Em nosso país, Isidoro é a famosa caricatura de um *porteño* ganancioso, uma caricatura inevitavelmente ligada a qualquer pessoa com esse nome. Ou seja, eles fizeram-nos um favor, mas ao mesmo tempo, tornaram-nos órfãos de um nome do meio, um elo de interligação entre as gerações. Mais uma orfandade.

Talvez a minha reação, que tão entretia adultos, tinha a ver com esse sentimento de perda. A partir dos quatro anos de idade, sempre que me perguntavam meu nome eu respondia “Nora Norita”. Assim resolvi, com a aprovação de todos, a falta de um nome do meio para que eu pudesse pertencer a um grupo familiar com todas as credenciais. Nossos horizontes transnacionais me fizeram sentir que a Argentina não tinha a dignidade de um país de origem real para mim e que eu poderia ter nascido em qualquer outro lugar. Esta ideia me deu asas, e eu as alimentei. Tudo poderia ter sido, poderia ser ou poderia acabar sendo algo bem diferente. Isto é como minha mãe dizendo: “a vida é assim” perdendo sua autoridade sobre o assunto. Quando lhe perguntava “Por

quê?” e ela me respondia “porque sim” isso significava para mim que ela também sabia que não havia razões para justificar sua posição.

Eu não era daqui ou de lá, muito pelo contrário: meu estado natural tinha que ser de movimento, de liberdade. Meu irmão começou a viajar como um adolescente e a brecha que ele abriu beneficiou-me quando eu quis lançar luz sobre minhas próprias aventuras: “Vocês deixaram ele ir”, eu os lembrava e uma vez que sempre afirmavam que acreditavam na igualdade entre os sexos, cedo ou tarde, eles tiveram que abrir as portas para mim. Foi assim que eu fui ao Chile, Peru, Uruguai e Brasil. Uma versão do Judeu Errante de terceiro mundo, neste caso por opção. Eu vaguei por perto e por países não tão próximos com a convicção de que eu era uma cidadã do mundo. Eu estava ansiosa por novos aromas, eu queria descobrir o que estava além de nossa limitada vida diária. Naquela época, eu não sonhava em ser uma escritora, minha heroína era Madame Curie, mas a dieta narrativa que me mantiveram por anos, finalmente, estimulou uma sede por contar histórias.

MEUS PAIS, A BIBLIOTECA INFINITA

Meu pai, meu guia em questões existenciais e filosóficas, era secular. Ele costumava ler Buber e, embora ele apoiasse a existência do estado de Israel, não era um sionista. León era um judeu emancipado. Ele era, acima de tudo, um filho do Iluminismo: um humanista, um socialista. Ele sentiu que havia um abismo entre sua visão do mundo e a visão de um israelense, marcada pela distância entre o exílio e o estado. A ideia de um país para todos os judeus, aceita como um resultado inevitável ao Holocausto, foi problemática para ele. Implicava em uma renúncia do internacionalismo que tinha nutrido e sustentado as crenças éticas do povo errante. Ele estava ciente de que o “*caráter perene de deslocado*” dos judeus sempre recaía-lhes como uma responsabilidade, e até mesmo como uma ameaça para muitos. Mas ceder a essas ideologias por medo de “nações-não-nacionais” era o mesmo que aceitar a derrota.

“*Um Estado tem de defender suas fronteiras contra os outros, tem que atacar e lutar, tem que ser injusto*”, explicava-me. “*Os israelenses não podem, por definição, pensar como nós*”. Ele se esforçava para manter o diálogo, ao invés de ter um exército

enfrentando outro. E, assim que percebeu que essa estratégia seria impossível no Oriente Médio, por sua própria história e população nativa, tornou-se desanimado.

Na Argentina, muitos judeus progressistas entenderam durante aqueles anos porque Israel fora criado, mas optaram por buscar a mudança social em seus próprios países. Eles rejeitaram a opção falsa posta ao povo com suspeita de “dupla lealdade”. A questão reformulava a conhecida “Quem você ama mais, sua mãe ou seu pai?” diretamente para “Que país você ama mais, Israel ou Argentina?” Confrontado com esta opção absurda, esses judeus responderiam: “Eu quero um mundo onde estas questões não sejam colocadas”. E se comprometeram a mudar este mundo.

As únicas datas que comemorávamos em casa eram nossos aniversários e o Ano Novo Secular. Nós nunca acendíamos velas nem comemorávamos datas importantes do calendário judaico. E não éramos uma exceção; muitas famílias não seguiam nenhuma tradição em Buenos Aires que eu soubesse. O judaísmo era visto, ao contrário, como uma cultura. Meus pais participavam de eventos - leituras, debates, performances - organizados pela Hebraica (um clube judaico) com escritores e artistas locais, particularmente Ashkenazis. Eles também usavam a biblioteca, que, como me disseram, tinha uma grande coleção de literatura judaica. Em casa, tínhamos traduções de literatura iídiche - Bashevis Singer e Sholem Aleichem, entre outros. Minha mãe, Sarita, era uma leitora voraz. Ela não tinha concluído o ensino médio, mas sua biblioteca mental era, na minha opinião, infinita. Tinha memória extraordinária para títulos, gráficos e personagens, era como se tivesse vivido com eles. Ela costumava recomendar livros para mim, mas eu raramente seguia suas sugestões.

Um dos livros que ela sempre falava a respeito era o Antigo Testamento. Ela explicou como toda a nossa cultura surgiu a partir dele, sobretudo as histórias maravilhosas repletas de imagens, mas com contos fantásticos como o de Moisés quando ele estava prestes a receber os Dez Mandamentos. Eu ainda não tinha seguido sequer um conselho dela que tinha a ver com nossa tradição, embora eu esteja tentada a fazê-lo agora que eu tenho a sua idade. Mesmo Zygmunt Bauman acredita que as metáforas bíblicas são mais poderosas do que outras tantas que criamos mais tarde: “*A forma como a história da experiência*

humana, a condição humana de seres finitos abandonados, sempre até nova ordem, no infinito espaço/tempo, tem sido registrada na Bíblia, não foi superada... Todas as outras metáforas são pálidas em comparação". O que eu não suspeitava na época era que a Bíblia tinha pistas sobre a minha própria biografia.

Meus pais se casaram em uma sinagoga só para agradar meus avós. Vovó Kaila costumava mudar os pratos e jejuar no *Yom Kippur*, mas apenas uma de suas filhas, a caçula, ia com ela para o templo. Estranhamente, as tradições eram transmitidas ocultamente: herdei da minha mãe um livro que tinha vindo para ela de sua família, uma Bíblia com um baixo-relevo das Tábuas da Lei em sua capa prateada. É tão bonita que eu a carrego comigo. Talvez a ligação elegante do Livro, uma metáfora para a arte, é outro meio através do qual os nossos antepassados nos mantêm conectados à tribo.

INFÂNCIA, JUDAÍSMO E ALÉM

Brincar com velharias nebulosas do passado sempre me atraiu, como se fosse a minha tarefa de restaurar a ruínas de embarcações cujos fragmentos estão espalhados por todo o planeta. A memória é uma província da imaginação. Resgatamos o que importa para nós, emendamos em fios de nossos sentimentos, e nós tricotamos tudo junto no que chamamos de nossa (sua) história. Versões ilimitadas de uma vida podem ser contadas; cada momento do presente produz novas e diferentes pegadas de uma caverna marcada com camadas e camadas de significado. Eu tenho uma memória muito pobre, então tudo que eu escrever está entrelaçado com fios de fantasia. A ficção se arrasta sutilmente sem que eu perceba. E as formas que emergem destilam suas verdades, como acontece em toda ficção. Durante minha infância vivíamos em Olivos, um subúrbio na Grande Buenos Aires. Naquela época, na década de 50, parecia que éramos os únicos judeus ao redor. Havia diferenças entre alguns costumes da minha família e de nossos vizinhos. Embora nós não celebrássemos o Natal em casa, o *Papá Noel* fazia aparições a todas as crianças do bairro e os festejos eram coletivos. Eu não ia à igreja aos domingos, por outro lado eu não tinha de ir à confissão, estudar para a Primeira Comunhão, ou fazer penitência por ter saído com um garoto – um conjunto inteiro de

atividades que eu não tinha inveja dos meus amigos. Fico imaginando como meus pais conseguiram proteger-me de nunca me sentir discriminada, isolada, ou diminuída em face da maioria Católica Apostólica Romana que nos rodeava. Eu não sei como eles fizeram isso, mas meu irmão e eu estávamos à vontade com a rejeição da minha família de toda e qualquer prática religiosa. Lembro-me de dizer aos meus amigos com total convicção de que os anjos não existiam, que eram um conto de fadas. Minha identidade, por outro lado, concedeu-me maravilhas que o meus amigos *goy!* não gostavam. Eu era membro vitalício da Hebraica, que organizava campeonatos de pingue-pongue e competições de natação. Além disso, oferecia programas de férias. Nós, crianças, tínhamos que ir acampar com os nossos instrutores, livres de pressões da família por um mês. Aquilo era o paraíso puro e ninguém mais no nosso bairro fazia isso, só eu e meu irmão. Dos oito anos de idade em diante, íamos para a beira-mar ou para as montanhas com nossos *haverim* e *madrihim*, companheiros e instrutores, e mais tarde com o Hashomer Hatsair, um grupo sionista de esquerda. Durante estas quatro semanas de aventuras, gostávamos de caminhar cantando *caminemos compañeros sin cesar, / si los pies no nos pueden aguantar, / caminemos con los codos hasta que caigamos todos, / caminemos compañeros sin cesar* (caminhemos companheiros sem parar, até que nossos pés não agüentem mais, vamos andar com os cotovelos, até que caímos todos, vamos andar companheiros, sem parar), revezávamos a guarda noturna de pé em grupos de três, vigiando nossos amigos dormindo; fazíamos danças circulares; aprendíamos defesa pessoal; e terminávamos o dia sentados em volta da fogueira abrindo nossos corações, procurando palavras para os nossos sentimentos. Nunca me ocorreu pensar que a defesa pessoal com bastões era uma maneira de treinar-nos no caso de os Tacuara vir nos agredir.

Os Tacuara eram nacionalistas de cujas fileiras vieram os Montoneros, como Firmenich, dedicado, na época, a bater em judeus com correntes assim que saíam do ensino médio, fatos da vida local que não me afetaram até mais tarde. Na verdade, os encarregados de me bater (nos anos 70) também foram bater (ou melhor, torturar) outros Montoneros, como meu irmão, já que o nacionalismo é um conceito muito amplo. Claro, Firmenich não foi afetado pois estava no exílio... O que meu irmão então não sabia era que "a linha

divisória entre o nacionalismo, a demanda de unidade cultural, o racismo e a proclamação de razões naturais para essa unidade, não podia deixar de ser tênue" (82) mas, na verdade, tornou-se vítima de nacionalistas muito mais perigosos do que jovens praticando jogos violentos.

No meu bairro, eu desenvolvi um *marranismo* intuitivo. Aprendi a usar máscaras a fim de passar despercebida. Não tinha escrúpulos em me ajoelhar e fazer o sinal da cruz quando entrava na igreja para ir brincar no escorregador e na rede que estavam na parte de trás da capela. Se isso era necessário para brincar com meus amigos, era fácil de fazer. Moral da história: pertencer a dois mundos era possível sem qualquer conflito aparente. O conflito surgiu tardiamente, quando um amigo da faculdade percebeu que meu sobrenome era *Moishe*.² Mesmo que eu já tivesse aprendido que não se podia realmente pertencer a ambos os lados, esta foi a primeira vez que eu me senti observada de soslaio por causa da minha evidente condição inferior como judia.

Mas deixe-me voltar à minha instrução primária. Meu irmão e eu freqüentamos uma escola onde o diretor tentava eliminar todos os vestígios de repressão tão típica do sistema tradicional. Nenhum comentário racista era permitido no *Instituto Didático Educativo*. Minha mãe foi quem insistiu para que freqüentássemos este paraíso, onde poderíamos abordar o diretor com o informal "*vos*" em vez do mais respeitoso "*usted*"; não éramos repreendidos por mau comportamento nem tínhamos de deixar a sala de aula quando era hora da aula de religião. Não havia aula de religião! Na maioria das escolas estaduais, os estudantes judeus tinham que se levantar e sair da sala quando era hora desta aula. Sarita quis poupar-nos destes momentos amargos, enviando-nos a uma escola privada, liberal, que tinha suas próprias regras. Lembro-me da mãe de um dos meus colegas, uma alemã que vivia do outro lado da rua, dizendo para minha mãe: "Você são judeus, *mas* são gente boa". Esses comentários não eram permitidos na escola, uma vez que Pepe, o diretor, não tolerava qualquer xingamento. Os comentários eram feitos de qualquer forma, e devem ter pesado muito nos adultos. No entanto, em comparação com os pogroms e a *Shoá* isto era bolinho, e nós apenas tínhamos de conviver com isso. No último ano de minha escola primária, nos mudamos para o centro de Buenos Aires de uma vez para um bairro basicamente judeu. Comecei a ir toda sexta-feira a

Hebraica, o clube que há muito me era familiar, mas que agora estava a apenas alguns quarteirões de distância. De repente meu mundo entre os católicos no qual, gostemos ou não, nós éramos os “outros”, se transformou em um habitado por “nosso povo”. Apenas na escola éramos, ainda, os “outros”.

Na escola pública feminina onde eu freqüentei o ensino médio nos anos 60, a primeira coisa que notei em cima do quadro-negro era uma cruz. Como não era uma escola católica, parecia lógico para mim que, se os símbolos religiosos deviam ser expostos, todos eles deveriam ser incluídos: o crescente muçulmano, a estrela de David, e um altar para os ancestrais do meu amigo Higa de origem japonesa. Convenci alguns colegas de classe e fomos pedir ao diretor para retirar a cruz ou colocar os outros símbolos também. Nós quase fomos expulsos: foi a minha primeira derrota na área da militância social. Naquela época eu ainda estava indo a acampamentos, mas agora com os amigos do Colégio Nacional Buenos Aires, a melhor escola da cidade. Eu não tinha me matriculado lá porque eu tinha escutado dos meus velhos: “Melhor você se tornar uma professora, em vez de passar seis anos estudando para um grau que não será de nenhum uso a você”. Um diploma de Ensino Médio não prepara ninguém para um emprego, mas a Escuela Normal preparava. Parecia fazer sentido. No entanto, eles deixaram o meu irmão freqüentar o Ensino Médio.

Meu caleidoscópio de memórias me traz agora uma cena dos tempos de universidade. Eu tinha 23 anos de idade e estudava medicina. Estávamos em meados de 1977, segundo ano da ditadura de Jorge Rafael Videla. A polícia era um espetáculo diário, cruzávamos com eles sempre que entrávamos ou saíamos da universidade. As paredes eram caiadas de branco, mais limpas do que nunca. As atividades políticas eram proibidas, embora, certamente, havia militância secreta. Eu tinha me retirado do ativismo típico em universidades no início dos anos 70. A partir de 1976, a ditadura governava com mão de ferro e eu sentia que se opor às forças armadas com marchas e cantos era tão inefetivo quanto perigoso. Nunca passou pela minha cabeça pegar em armas, embora fizesse sentido escolher o confronto armado quando não havia outra opção diante da violência imposta de cima, como costumávamos dizer. Não sabendo o que fazer, me concentrei em meus cursos de medicina que me levaria a estudar o cérebro e, esperançosamente, como a memória funciona.

Durante esse primeiro ano do *Proceso*, como a ditadura chamava a si mesma (Processo de Reorganização Nacional), e mesmo antes (durante a presidência de Isabel Perón) como descobri mais tarde, as pessoas começaram a desaparecer. Pessoas que eu conhecia. Uma das ex-namoradas do meu irmão, Nora, foi tirada de seu trabalho em um centro de saúde. Outro amigo foi puxado para fora de um ônibus e empurrado para um carro à vista de todos. Algumas ruas foram fechadas durante a noite e bem na esquina da minha casa, meu namorado e eu fomos ameaçados por policiais que apontaram suas metralhadoras em nós porque estávamos nos beijando não longe o suficiente da estação de polícia. A “sucção” sistemática de habitantes para um nada misterioso era assombrosa. Tínhamos vivido muitas ditaduras, houve mortes e torturas, mas nunca antes tinha acontecido esse desaparecimento sistemático de pessoas. De repente, um buraco negro abria no espaço ocupado apenas por um amigo, vizinho, parente e aquele fenômeno causava uma turva pausa durante o qual as pessoas se tornaram muito cautelosas por um tempo. “Ser cauteloso” significava mudar-se, partir para uma viagem, mudar os próprios hábitos usuais. Quanto razoável era o “estar alerta por um período razoável de tempo”? Tornei-me professora substituta de um amigo que “teve de ser cauteloso”. Assumi suas aulas de filosofia e nem sequer me lembro de como conseguimos esta mudança repentina. Neste jogo de xadrez bizarro, as peças foram sendo constantemente removidas ou substituídas por outra em uma atmosfera carregada de medo. Esses espaços vazios e as substituições repentinas me fizeram sentir numa terra estranha e sinistra - todos nós devíamos nos sentir assim, mas ninguém dizia. Comecei a planejar um asilo. Era tudo abafado, tanto que a angústia de viver em um lugar cercado por terror só podia ser expressa apenas em vozes tão baixas a ponto de serem quase inaudíveis.

Em junho de 1977, eu fui até a Sojnut, a Agência Judaica, e me inscrevi para uma dessas excursões para jovens judeus que querem visitar e trabalhar em Israel. No mês seguinte, fui aceita para ir e ficar durante um ano com um grupo de profissionais. Passaríamos alguns meses em um *Ulpan*, aprendendo hebraico e o resto do tempo trabalharíamos em alguma atividade relacionada a nossa especialidade. Fiquei imaginando que trabalho iria encontrar para quem tinha

estudado filosofia, freqüentado a faculdade de medicina e não falava hebraico, mas eles me aceitaram. Isso foi o suficiente.

Naquela época, meu irmão não estava mais morando em casa e eu tentei convencê-lo a ficar algum tempo longe do perigo. Ele estava morando em outro bairro, um esconderijo que visitei uma vez, tentei manter o foco no chão de modo a não manter nenhuma lembrança do lugar. Gerardo ia postar-me na varanda sempre que ele chegasse em casa para que eu pudesse ver se ele estava sendo seguido ou não. Eu sabia que era urgente a sua partida. Ele aceitou a sugestão e foi ao *Sojnut*, mas quando ele mencionou que sua namorada, a quem ele planejava trazer, era *goy*, disseram-lhe para se casar. Eles só aceitariam judeus ou casais mistos. Parecia que, para os burocratas do *Sojnut* não havia nenhuma pressa em particular: casar-se antes de uma viagem é perfeitamente normal em qualquer lugar do mundo. Que os militares estavam bem em nossos calcanhares era um detalhe que ninguém parecia levar em conta, mesmo porque eles certamente estariam cientes da situação. Muitos jovens judeus eram ativos em movimentos de esquerda e todos nós sabíamos o que isso significava naquele momento. Nossas vidas estavam em jogo. Mas eles preferiram ignorar esta urgência, como se a história de perseguições ainda não tivesse mostrado a eles o que você tem que fazer para salvar alguém do massacre ou como os “judeus de meio período”, como um amigo costumava me chamar, eram rejeitados até mesmo para a comunidade judaica.

“O que está acontecendo é que você vive no terror, dorme com terror, come terror, e se acostuma com o terror. E de repente o telefone toca e dizem 'Ei, eles simplesmente pegaram assim e assim'. E você responde: 'Que merda!' E então você desliga e continua como se nada tivesse acontecido”, comentou um jornalista. Meu irmão e sua namorada nunca saíram do país. Eles foram levados em 15 julho de 1977 e ainda estão desaparecidos. Um amigo ligou em casa, alguns dias depois, para perguntar porque Gerardo não tinha ido a um compromisso. Mamãe disse que ele tinha sido levado embora. Seu amigo provavelmente pensou que terrível, desligou, e continuou caminhando, certamente com pânico, mas ainda assim ele iria desligar e continuar como se nada estivesse acontecendo. Minha família também parecia estar anestesiada, mesmo depois de meus dois primeiros primos terem desaparecido. Ninguém jamais mencionou isso comigo, ninguém

quis dar a notícia ruim. Gerardo finalmente me contou e acrescentou a mesma velha história: ele estava cauteloso “durante o tempo razoável” de três meses após Hugo e Abel, nossos primos, terem sido levados embora. Como eles não vieram procurá-lo até agora, então certamente estava seguro. Considerando que, além de ser parente, Gerardo era um ativista do Montoneros, como eles, e seu raciocínio me assustava: era um sinal de que estávamos todos enlouquecidos tentando negar o inegável.

Fui ver meu tio Pedro, o pai dos meus primos desaparecidos. Ele me contou em detalhes como haviam perseguido Hugo, o mais velho, sobre os telhados, atirando contra ele. Contou como ele havia tomado a “pílula” (alguns Montoneros carregavam cianureto para evitar ser capturado vivo). Também como o obrigaram, um médico, com os olhos vendados, a verificar seu próprio filho e determinar se ele ainda estava vivo. Ele estava morto. Como o meu primo mais novo tinha intervindo para que eles pudessem deixar o corpo de seu irmão, e como eles haviam levado os dois embora. Mais tarde, meu tio perdeu sua sanidade e passou os dias a colar fita adesiva nas paredes para evitar que os inimigos o espionassem. Como não perder a cabeça? De repente a nossa vida tinha desabado, nada mais fazia sentido: Hugo morto (seu corpo levado embora), Abel desaparecido, Gerardo foragido e meus pais sem saber de nada. Diante desse quadro, a minha determinação para escapar tornou-se pungente. Era uma situação de salve-se-quem-puder. Mas fugir não era tão simples.

O esquadrão do Comando Conjunto chegou ao nosso apartamento depois que eu tinha feito a minha mala e dito adeus a todos, exceto para o Gerardo, que não vinha nos ver já por uma semana. Quando bateram à porta, as paredes pareciam gritar. Era minha mãe, que gritou em tom desesperado: “Eu vou abrir a porta, mas não venha me cobrando”. Eu imediatamente percebi quem ia entrar e corri para a porta dos fundos. Eu estava operando naquele instinto de sobrevivência que aguça quando já é tarde demais. Meu pai gritou: “Pare, pare!”, Enquanto eles corriam pelo apartamento com aquelas armas grandes, ordenando “No chão, virada para baixo!” Eles apontaram uma arma na minha nuca e me mantiveram assim durante uma ou duas horas. Muito tempo, de qualquer forma. Eles me chamavam de 'prostituta' de quando em quando, como se eles precisassem sublinhar o tipo de tratamento que me

esperava. Minha corrida para os fundos do apartamento, quando eles chegaram, tinha provado a minha culpa. Eles vasculharam a casa, saqueando e jogando tudo, vendando-me com um pano. Eu mal podia respirar, mas gritei: “Eles estão me levando, eles estão me levando!”, enquanto me empurravam para o elevador. Eles estavam interrogando Sarita e León no quarto para que meus pais não pudessem testemunhar o que estava acontecendo comigo. Eles me arrastaram até o térreo, e na calçada eu chutava para adiar a minha entrada a força no carro, a fim de me dar tempo para alguém ouvir meu nome enquanto eu gritava em voz alta. Eu sabia que tinha de gritar seu próprio nome quando isso acontecesse, para que as pessoas soubessem quem estava sendo levado embora. Quando eles conseguiram, com aqueles braços múltiplos e um grande esforço, me empurrar no chão do banco de trás, eles começaram a me bater, me chutando e repetindo “Judia de merda, nós vamos fazer sabão com você”, “tome este por gritar em hebraico” ou “Mesmo se você não tivesse feito coisa alguma, você vai pagar por ser uma *moishe*”. Fotocópias desgastadas de um racismo doente e fora de moda. Quando eu gritei meu sobrenome, que não soa como “López” ou “García”, eles podem ter pensado que era uma língua estrangeira falada por um desses inimigos-membros da conspiração internacional que tinha de ser eliminada. Razão suficiente para decretar a minha condenação. Não havia como escapar: Eu estava no meu caminho para uma sepultura coletiva. Levaram-me para algum lugar no centro da cidade que me pareceu um porão que somente sete anos depois, em 1984, teria um nome e um lugar no mapa. Quando voltei a Buenos Aires para dar o meu testemunho à Comissão Nacional para o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), que preparou o relatório *Nunca Más*, eles me disseram que eu tinha ficado no campo de concentração chamado “Clube Atlético”.

O interrogatório começou com o “abrandamento”. Pediam-me por nomes e mais nomes, enquanto aumentavam os choques elétricos até que acabava transformando minha própria voz. Após esta etapa me deixaram em um cubículo para que eu decidisse colaborar e a segunda sessão centrada no tema judaico. Uma vez que eu estava viajando para Israel, era lógico pensar que eu estava indo para ser treinada em táticas de guerrilha em algum kibutz. Tudo o que precisavam descobrir era em qual e com o quais instrutores. Um deles

tentava palavras em hebraico, como *haverim* ou *madrih*, as únicas palavras que eu entendi: amigos ou companheiros ou líder. Fiquei espantada quando trouxeram um especialista no assunto e quando eles notaram minha surpresa, explicaram: “Primeiro vamos nos livrar dos Montoneros e depois dos judeus”. Evidentemente essas pessoas sabiam o que estavam fazendo e estavam bem organizadas. O que parecia mais bizarro era que queriam informações sobre o Irgun. Menachem Begin, primeiro-ministro de Israel na época, pertencia ao Irgun: era um grupo nacionalista de direita que dedicou-se à Palestina para atacar os britânicos, que acabou por desistir de seu protetorado em 1947, tornando possível a criação do Estado de Israel no ano seguinte. Imaginei que estas questões vieram da vasculhada que deram em *Oh Jerusalém*, o livro que haviam roubado de minha bagagem. Devem ter escolhido fragmentos a partir dele como pontos de fuga para descobrir sobre minhas ligações com grupos subversivos.

Se este método não tivesse sido aplicado junto com a máquina de choque, eu teria rido muito. Em seguida, eles perguntaram quem era o responsável pela minha viagem e, uma vez que eu não conseguia me lembrar, eles descreviam as pessoas do escritório, as escadarias, os corredores, o edifício a que eu tinha prestado tão pouca atenção. Eles conheciam a *Sojnut* de cabo a rabo.

Minha libertação aconteceu desta forma: alguém bateu na porta de minha cela, verificou minha identidade pelo nome e número e, ainda de olhos vendados, fui levada para fora a outro lugar. Eu senti pela primeira vez que eu preferia morrer ao invés de ser submetida novamente àquela tortura que eu tinha experimentado há dias ou eras desde a minha entrada neste inferno congelante. Mas não havia nenhum sentido em perguntar onde estavam me levando desta vez. Eles me levaram até o térreo e chamaram-me pelo nome. Arrastaram-me para um escritório onde fizeram-me sentar - não no chão, mas em uma cadeira. Uma voz masculina descreveu brevemente a minha família, para me informar que estávamos sob vigilância: “Lamentamos. Levamos você por engano. Mas lembre-se: você não esteve aqui, você não viu ou ouviu nada e mantenha a boca fechada, porque seria lamentável se algo acontecesse com sua família”. Eu estava convencida de que meu irmão estava ali; eu tinha ouvido a

sua voz chorando e certamente eu não estava errada sobre isso. Mas este “certamente” deixou uma margem de dúvida. Como você pode ter certeza sobre qualquer coisa nesse mundo?

Uma vez que eu estava “fora”, descobri que tinham levado ele no mesmo dia em que fui levada, de madrugada. Sete anos depois, juntando os pontos, descobri que todos nós tínhamos estado juntos lá no “The Club”: meu irmão, sua namorada Graciela Barrocca, outro amigo de Gerardo e eu. Quando voltei para a Argentina em 1983, batia o queixo cada vez que eu via um uniforme. Cheguei alguns meses depois que o presidente Alfonsín tinha assumido o cargo, após a derrota da ditadura na Guerra das Malvinas. Cheguei um pouco antes de minha mãe morrer, derrotada pela certeza da morte de Gerardo. Em 1988, meu pai cometeu suicídio. E assim termina a saga desta família que tentou virar as costas para seu passado e tornou-se, paradoxalmente, vítima de máquinas de morte semelhantes – um roteiro de tristeza e desolação que os novos imigrantes queria esquecer. Sartre dizia que ser judeu é ser visto como tal. Essas palavras nos descrevia bem, porque, pelo menos no nosso caso, a rica herança cultural da tribo poderia ser resumida em poucos vestígios: pobres esqueletos da rica vida nas comunidades que foram exterminadas durante a guerra ou mesmo antes, os restos do naufrágio depois do primeiro Dilúvio tinha chegado até nós. E agora fiquei com uma versão ainda mais concisa da história, já que um segundo dilúvio tinha nos despojado até mesmo da caixa de fotos preto-e-branco que tinha sido construída em tantos países. A quem podemos recorrer quando as pessoas, objetos, mundo e universo são roubados? A ninguém. Apenas, talvez, às palavras, à memória, à lembrança de que, quando o desastre ocorre, não sabemos como nomeá-lo. É por isso que comecei a escrever, porque eu não sabia o que dizer.

SER UMA ESCRITORA EM SEU PRÓPRIO PAÍS

Eu não era uma escritora no meu país. Comecei a escrever no exílio, onde a linguagem se tornou o meu país. Em Israel, comecei a esboçar poemas, e eu digo “esboçar” porque alguns deles eram desenhos em palavras. Eu enviava para casa na parte de trás de cartões postais alusivos. Lembro-me de

uma com a imagem de uma pá levantando um pouco de terra que estava suspensa no ar. Chamei o poema de “Memória”. Minha poesia desta época é sobre o tempo, sobre as memórias que te prendem e das quais eu tantas vezes tentava me livrar, sobre nostalgia. Enviava-os com longas cartas aos meus pais, como um diário compartilhado onde eu mostrava-lhes as paisagens que me rodeavam enquanto eu seguia os caminhos de uma viajante incansável. Eu pintava cenários com palavras para eles, por falta de um pincel. Meu pai costumava desenhar e eu costumava imitá-lo. Mas desenhar acabou por ser mais árduo para mim do que contar histórias. Quando me sentei para escrever, as palavras simplesmente fluíam e às vezes eu até ria das piadas que pareciam surgir por conta própria. A agilidade das palavras, que me surpreendia pela fluidez com que surgiam sem eu as escolher, seduziu-me tanto que as cartas se transformaram em manuscritos. Mas a minha dedicação à escrita era esporádica. Entre mudanças, interrogações sobre que rumo tomar nessas viagens sem retorno, nesta distância em que eu flutuei, sempre pensando em voltar, eu continuei a anotar impressões, memórias. Quando cheguei no Canadá em 1980, certa de que não seria possível voltar tão cedo, eu comecei um doutorado em Literatura Latino-Americana. Uma vez que me matriculei em um curso intitulado Autobiografia, o professor nos convidou a escrever um ensaio ou a própria história de nossas vidas. E eu ainda estou escrevendo. Em todas as minhas histórias eu rio e choro, perco-me e encontro os outros.

OBJETOS TRAZIDOS AO NOVO MUNDO POR ANCESTRAIS

Eu já mencionei as fotografias e a sede de histórias produzidas por aqueles cachos e chapéus cogumelos, a roupa distintiva e os olhares infinitos. Eles eram como atores fazendo o papel de pessoas formais e sérias, mas eu sabia que eles eram meus tios, tias e avós e que eles não estavam apenas atuando. Eu queria acreditar que eles iriam começar a brincar comigo uma vez que estivessem livres daqueles gestos rígidos e pomposos a que pareciam condenados por toda eternidade. Na “sala pequena”, que se transformou em um museu de objetos domésticos inúteis, coisas maravilhosas foram armazenadas e certamente pertenciam a esses personagens estáticos e

bidimensionais. Havia um baú, trazido da Europa no início do século, que continha tesouros como lençóis bordados e toalhas de mesa, chapéus de senhoras que meu avô deve feito na Argentina, mas eu estava certa que pertenciam aos meus parentes distantes, bolsas elegantes e sapatos que eu usava quando brincava de me vestir. Eu envolvia os lençóis em volta de mim e me tornava uma rainha, um fantasma, um personagem das Mil e Uma Noites, ou uma imigrante da virada do século (quando eu temperava minha fantasia com um traço de realismo). Às vezes eu acrescentava os adereços de um par de candelabros antigos. Eu nunca perguntei se eles tinham vindo da Europa. Eu não queria ouvir, caso eles não tivessem.

Eu não estava ciente de como gostava desses objetos até que eu tive que abandonar esse baú, os tecidos e minha casa inteira. Não restava ninguém da minha família e eu fiquei com esculturas, quadros, livros, porcelanas, tapetes, louças, porcelanas, roupas e mais livros. Eu desejava um tapete mágico, a fim de levar tudo embora, mas nenhum apareceu. Eu não pude guardar todos esses amados tesouros nos meus postos de migração, para aqueles quartos nos quais eu fingia estar em casa, em Vancouver e depois em Edmonton, em Calgary, em Ashland... E como eu tive que me desfazer desses objetos únicos que meus avós trouxeram de suas terras natais, ou não tão natais assim, mantive apenas os itens que os judeus da Diáspora sempre mantiveram a fim de se proteger das adversidades: joias. Eles haviam viajado com um punhado de colares e anéis, com algumas pedras preciosas e relógios de ouro, porque isso era tudo o que podiam levar e que poderia salvar suas vidas no Dilúvio seguinte. E assim eu, que também aprendi a sobreviver em um mundo sem certezas, envolvida neste tesouro mínimo, não tão amada como os outros objetos, mas mais prática quando atravessamos tempestades. De sua distância eterna, meus antepassados cuidam desta descendente desconhecida que continua a jornada, como eles fizeram, em tentativa e erro, ao longo desta estrada difícil que desvenda e dissolve os nossos passos.

HIBRIDISMO ENTRE O JUDAÍSMO LATINO-AMERICANO E EUROPEU

Imagino o hibridismo como uma casa habitada por muitas vozes. No meu caso, o clamor judeu por peixes *gefelte* como minha avó fazia, o argentino

querendo beber *mate* e certificar-se de não deixar a água ferver, o canadense querendo que todos fiquem quietos por um momento e a neta de europeus se perguntando porque as loucas estão fazendo tanto barulho por futilidades. Por que não aprendem a beber chá com um torrão de açúcar na boca de uma vez por todas, e param de zanzar por aí? As vozes nunca param, e o pior é que, muitas vezes, elas não têm nada em comum. Mas este é o ponto: a compreensão de que somos muitos em um, puxados por desejos opostos, histórias distintas (e grandes). No entanto, há um traço principal que todos compartilham. A Nora judia que gosta de se maravilhar com a literatura iídiche; a Nora mulher que sente a necessidade urgente de recuperar o tempo perdido com todas as escritoras mulheres que ainda não leu, a Nora argentina que precisa saber sobre todos os jornais e livros mais recentes escritos em seu país e, finalmente, a Nora europeizada que não tem tempo suficiente para pensar sobre Derrida e Kristeva e volta sempre a Foucault. Por isso, ela estudou filosofia afinal, para ser capaz de compreender o pensamento contemporâneo. E, claro, tem também o trabalho de tomar notas sobre algumas cenas que surgiram à mente, mas tudo continua meio caminho andado porque hoje ela ouviu um comentário racista e isso a deixava tão furiosa que ela começou a escrever sobre o anti-semitismo na Argentina, e amanhã um meteorito vai passar e vai levá-la à investigação sobre a curvatura do círculo. Seria inútil suprimir qualquer uma dessas vozes: a repressão só serve para aumentar os conflitos. No exílio, percebi que na Argentina eu era judia, em Israel eu era *dromamericaí*, ou seja, da América do Sul; no Canadá eu era da América Latina e nos Estados Unidos era Latina. Cada lugar me cataloga de maneira diferente, mas eu serei sempre uma estrangeira. Desisti de acreditar em qualquer tipo de ser monocromático: estas definições servem apenas para o precário pré-enchimento de formulários.

Mas fora do puro desafio eu me identifico com minhas identidades segregadas: mulher, judia e latino-americana – três rótulos que não parecem favoráveis para subir em qualquer escada social. O que importa para mim é que não há escalada, neste século, a qualquer topo para observar o horizonte. Assim, eu busco sentido nos padrões invisíveis da vida, que é a minha modesta maneira de recriar a história. E uma vez que os rótulos são perigosos, como

vimos, eu fico com o meu nome, especialmente porque ele já foi roubado uma vez. No entanto, a minha ansiedade para a compreensão de tudo isso, para gravar tudo, para descobrir as pistas d'*O Mistério* me faz pensar: isto não foi trazido para o Novo Mundo como um legado, sobre os mares, pelos membros *desaparecidos* no silêncio da minha família, imortalizado em efêmeras fotos em sépia? São nomes demais para entender, nomes demais apagados com crueldade, apenas nomes demais.

NOTAS

* Nora Strejilevich é doutora em Literatura Hispânica pela Universidade de Columbia, e é professora de filosofia na Universidade de Buenos Aires. E-mail: nora.strejilevich@gmail.com

** Luciano Dutra de Oliveira é cientista social pela Fundação Santo André. E-mail: luciano_dutra@hotmail.com. Traduzido a partir do artigo original em inglês *Too Many Names*. Cf. BAUMAN, Zygmunt Bauman & TESTES, Keith. *Conversations with Zygmunt Bauman*. Cambridge, Polity Press, 2001.

¹ N.T. Adjetivo dado pelos judeus, mais tarde considerado pejorativo, a todas as pessoas que não eram judias.

² N.T. Alusão a Moisés. Diz-se de sobrenomes de origem judaica.